



20  
21

**Demonstrações  
financeiras**

**Cia Itaú de Capitalização**

30 de junho de 2021

## Cia. Itaú de Capitalização

### Relatório da Administração - 2021

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cia. Itaú de Capitalização, relativos aos períodos de 30/06/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2021 e de 2020 para contas de resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

#### 1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a junho de 2021 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 20,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 145 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação). Apesar do cenário de COVID-19, verifica-se uma recuperação do setor impulsionado pelos segmentos de previdência (+R\$ 14,1 bilhões) e de seguros (+R\$ 9,5 bilhões).

No acumulado de janeiro a junho de 2021, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB<sup>(1)</sup> foi de 3,5%, aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2021, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,2 trilhão, apresentando aumento de 8,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

#### 1.2 Mercado Brasileiro de Capitalização

No período de janeiro a junho de 2021, a arrecadação com títulos de capitalização apresentou um aumento de 6,2% em relação ao mesmo período de 2020. As provisões técnicas de capitalização atingiram R\$ 32,6 bilhões, aumento de 5,1% em relação a junho de 2020.

### 2. Desempenho

#### 2.1 Resultados

##### Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2021:

O **lucro líquido** alcançou R\$ 68,1 milhões, apresentando um aumento significativo em relação ao mesmo período de 2020. Esse impacto foi causado basicamente por maior resultado financeiro e pelo aumento de receita líquida com títulos de capitalização.

#### 2.2 Patrimonial

##### Variações de 30 de junho de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020:

O total de **ativos** atingiu R\$ 4,7 bilhões, redução de 1,6%, influenciado principalmente pela queda das aplicações.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 845 milhões, redução de 4,7%.

As **provisões técnicas** de capitalização alcançaram R\$ 3,4 bilhões, uma queda de 3,9%, resultante principalmente da redução de provisões para resgates.

### 3. Negócios

O PIC (nosso título de capitalização) é um produto desenvolvido para clientes que gostam de concorrer a prêmios, podendo ser adquirido por meio de pagamento único ou mensal, de acordo com o perfil e segmento de cada cliente.

No período de janeiro a junho de 2021, distribuimos o montante de R\$ 23,8 milhões em prêmios. Visando o melhor atendimento e experiência de nossos clientes, nossos canais estão em constante evolução, face ao novo perfil do consumidor que busca cada vez mais o autosserviço.

### 4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto no Estatuto Social.

## **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

## **A Administração.**

---

*(1) O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).*

## **Cia. Itaú de Capitalização**

### **DIRETORIA**

#### **Diretor Presidente**

Luiz Fernando Butori Reis Santos <sup>(1)</sup>

Eduardo Nogueira Domeque <sup>(2)</sup>

#### **Diretores**

Badi Maani Shaikhzadeh

Carlos Henrique Donegá Aidar

Fernando Barçante Tostes Malta

1) *Registrada a saída em 16/08/2021.*

2) *Eleito na AGE de 16/08/2021.*

#### **Atuária**

Bianca Oliveira Lamounier Castello

MIBA 1694

#### **Contador**

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

**Cia. Itaú de Capitalização****Balanco Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>		<b>3.376.481</b>	<b>3.598.949</b>
<b>Disponível</b>		<b>1.817</b>	<b>5.027</b>
Caixa e Bancos	2d II	1.817	5.027
<b>Aplicações</b>	<b>2d III, 3</b>	<b>3.363.256</b>	<b>3.579.759</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>11.094</b>	<b>11.061</b>
Títulos e Créditos a Receber		11.057	11.023
Créditos Tributários e Previdenciários	2d V, 7b I, 7c	37	38
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>-</b>	<b>2.995</b>
Outros Valores		-	2.995
<b>Despesas Antecipadas</b>		<b>314</b>	<b>107</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>1.344.636</b>	<b>1.197.238</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>505.188</b>	<b>357.652</b>
<b>Aplicações</b>	<b>2d III, 3</b>	<b>465.736</b>	<b>321.620</b>
<b>Títulos e Créditos a Receber</b>		<b>39.452</b>	<b>36.032</b>
Créditos Tributários e Previdenciários	2d V, 7b I, 7c	18.607	14.297
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	20.844	21.734
Outros Créditos Operacionais		1	1
<b>Investimentos</b>		<b>24.917</b>	<b>25.055</b>
Imóveis Destinados à Renda		24.237	25.055
Outros Investimentos		680	-
<b>Intangível</b>	<b>2d IV</b>	<b>814.531</b>	<b>814.531</b>
Outros Intangíveis		814.531	814.531
<b>Total do Ativo</b>		<b>4.721.117</b>	<b>4.796.187</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Cia. Itaú de Capitalização****Balço Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>		<b>3.507.998</b>	<b>3.539.404</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>139.921</b>	<b>34.152</b>
Obrigações a Pagar		104.391	4.177
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		839	544
Impostos e Contribuições	2d V	34.691	29.431
<b>Provisões Técnicas - Capitalização</b>	<b>2d VI, 4b</b>	<b>3.368.077</b>	<b>3.505.252</b>
Provisões para Resgates		3.355.163	3.493.026
Provisões para Sorteios		12.191	11.066
Provisão Administrativa		723	1.160
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>368.255</b>	<b>370.367</b>
<b>Contas a Pagar</b>		<b>334.047</b>	<b>336.251</b>
Tributos Diferidos	2d V, 7b II	334.047	336.251
<b>Outros Débitos</b>		<b>34.208</b>	<b>34.116</b>
Provisões Judiciais	5	34.208	34.116
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>8</b>	<b>844.864</b>	<b>886.416</b>
Capital Social		558.295	558.295
Reservas de Capital		7.606	7.606
Reservas de Reavaliação		3.773	3.694
Reservas de Lucros		281.423	313.437
Outros Resultados Abrangentes		(6.233)	3.384
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>4.721.117</b>	<b>4.796.187</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Cia. Itaú de Capitalização****Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Receita Líquida com Títulos de Capitalização</b>		<b>211.227</b>	<b>191.537</b>
Arrecadação com Títulos de Capitalização		1.253.516	1.297.223
Varição da Provisão para Resgate	4b	(1.042.289)	(1.105.686)
<b>Varição das Provisões Técnicas</b>		<b>437</b>	<b>1.680</b>
Resultado com Outras Provisões Técnicas	4b	437	1.680
<b>Resultado com Sorteio</b>	<b>4b</b>	<b>(24.908)</b>	<b>(23.908)</b>
<b>Custo de Aquisição</b>		<b>(1.865)</b>	<b>(1.825)</b>
<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>		<b>16.492</b>	<b>26.724</b>
Outras Receitas Operacionais	6a	17.070	27.218
Outras Despesas Operacionais		(578)	(494)
<b>Despesas Administrativas</b>	<b>6b</b>	<b>(85.496)</b>	<b>(84.761)</b>
<b>Despesas com Tributos</b>	<b>2d V</b>	<b>(10.883)</b>	<b>(10.852)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>6c</b>	<b>(879)</b>	<b>(106.828)</b>
Receitas Financeiras		113.166	80.162
Despesas Financeiras		(114.045)	(186.990)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>9.297</b>	<b>9.303</b>
Receitas com Imóveis Destinados à Renda		9.435	9.615
Despesas com Imóveis Destinados à Renda		(138)	(312)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>113.422</b>	<b>1.070</b>
<b>Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes</b>		<b>-</b>	<b>3.758</b>
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>113.422</b>	<b>4.828</b>
Imposto de Renda	2d V, 7a I	(28.311)	(1.063)
Contribuição Social	2d V, 7a I	(16.994)	(755)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>68.117</b>	<b>3.010</b>
<b>Quantidade de Ações</b>	<b>8a</b>	<b>670.963</b>	<b>670.963</b>
<b>Lucro Líquido por Ação</b>	<b>2d VIII</b>	<b>101,52</b>	<b>4,49</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Cia. Itaú de Capitalização**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

*(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Lucro Líquido</b>	<b>68.117</b>	<b>3.010</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(9.617)	-
Varição de Valor Justo	(16.028)	-
Efeito Fiscal	6.411	-
<b>Total de Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>(9.617)</b>	<b>-</b>
<b>Total do Resultado Abrangente</b>	<b>58.500</b>	<b>3.010</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Cia. Itaú de Capitalização**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Legal	Estatutária	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
<b>Saldos em 01/01/2020</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.547</b>	<b>85.863</b>	<b>148.391</b>	-	-	<b>803.702</b>
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	74	-	-	-	(123)	(49)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	-	3.010	3.010
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	3.010	3.010
Destinações								
Reservas	-	-	-	151	2.736	-	(2.887)	-
<b>Saldos em 30/06/2020</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.621</b>	<b>86.014</b>	<b>151.127</b>	-	-	<b>806.663</b>
<b>Mutações do Período</b>	-	-	<b>74</b>	<b>151</b>	<b>2.736</b>	-	-	<b>2.961</b>
<b>Saldos em 01/01/2021</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.694</b>	<b>89.873</b>	<b>223.564</b>	<b>3.384</b>	-	<b>886.416</b>
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	79	-	-	-	(131)	(52)
Dividendos	-	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	-	-	(9.617)	68.117	58.500
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	68.117	68.117
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	(9.617)	-	(9.617)
Destinações								
Reservas	-	-	-	3.406	64.580	-	(67.986)	-
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>558.295</b>	<b>7.606</b>	<b>3.773</b>	<b>93.279</b>	<b>188.144</b>	<b>(6.233)</b>	-	<b>844.864</b>
<b>Mutações do Período</b>	-	-	<b>79</b>	<b>3.406</b>	<b>(35.420)</b>	<b>(9.617)</b>	-	<b>(41.552)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Cia. Itaú de Capitalização****Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em Milhares de Reais)*

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>		<b>68.097</b>	<b>2.271</b>
Lucro Líquido		68.117	3.010
<b>Ajustes para:</b>		<b>(20)</b>	<b>(739)</b>
Depreciações e Amortizações		138	313
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(138)	(629)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		99	317
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos		31	239
Tributos Diferidos		(150)	(979)
<b>Variação nas Contas Patrimoniais</b>			
Ativos Financeiros		56.362	121.037
Depósitos Judiciais e Fiscais		1.028	6.371
Despesas Antecipadas		(207)	(283)
Outros Ativos		3.006	(5.263)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		46.183	(60.042)
Provisões Técnicas - Capitalização		(137.175)	46.098
Provisões Judiciais		(38)	(7.535)
<b>Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações</b>		<b>37.256</b>	<b>102.654</b>
Imposto sobre o Lucro Pagos		(40.466)	(104.199)
<b>Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais</b>		<b>(3.210)</b>	<b>(1.545)</b>
<b>Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>2d II</b>	<b>(3.210)</b>	<b>(1.545)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do período		5.027	4.431
Caixa e equivalente de caixa no final do período		1.817	2.886

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## Cia. Itaú de Capitalização

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2021 e 31/12/2020 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2021 e 2020 para Resultado

(Em Milhares de Reais, exceto informações por ação)

#### Nota 1 - Contexto Operacional

A Cia. Itaú de Capitalização (CIACAP) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país, regulada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas às empresas de capitalização, conforme definido na legislação vigente.

Os acionistas da CIACAP são: Itaú Unibanco S.A. com participação de 0,00015% e Itauseg participações S.A. com participação de 99,99985%, ambas participantes do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da CIACAP são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 23 de agosto de 2021.

#### Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

##### a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da CIACAP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina o artigo 134, parágrafo 3º da Circular nº 517/2015 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 2d III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

##### b) Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

###### I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2021.

###### II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros – Inclui: (a) novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (b) modelo único de *impairment*; (c) remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de *hedge*. Entretanto, para as empresas reguladas pela SUSEP, a vigência será aplicável de acordo com as orientações deste regulador.

##### c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela CIACAP estão relacionados com os seguintes tópicos:

## **I - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que a CIACAP gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

## **II - Valor Justo de Instrumentos Financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

## **III - Redução ao Valor Recuperável (Impairment) do Ágio**

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

## **IV - Provisões, Contingências e Obrigações Legais**

A CIACAP revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 5.

## **V - Provisões Técnicas de Capitalização**

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da CIACAP para com os seus clientes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta ou média duração a depender do prazo de vigência do produto contratado.

A determinação do valor do passivo atuarial depende de incertezas inerentes às características dos títulos de capitalização, tais como premissas de persistência, despesas, sorteios e rentabilidade financeira.

As estimativas dessas premissas baseiam-se nas projeções macroeconômicas, na experiência histórica da CIACAP, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

### **d) Resumo das Principais Políticas Contábeis**

#### **I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras da CIACAP estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação.

#### **II - Caixa e equivalentes de caixa**

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponível e Equivalente de Caixa, respectivamente.

### **III - Aplicações, ativos e passivos financeiros**

Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da CIA CAP entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos Mantidos para Negociação;
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Empréstimos e Recebíveis; e
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

#### **III.I. Ativos Financeiros Mantidos para Negociação**

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

#### **III.II. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

#### **III.III. Empréstimos e Recebíveis**

A CIACAP classifica como Empréstimos e Recebíveis na seguinte rubrica do Balanço Patrimonial: Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado, na rubrica Resultado Financeiro.

#### **III.IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado**

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado, em Resultado Financeiro.

#### **Valor Justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma

significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para Ativos Financeiros estão definidos abaixo:

**Nível 1:** Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

**Nível 2:** Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

**Nível 3:** Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

#### **IV - Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, que se trata da diferença entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Contemplam, substancialmente, ágios pagos em aquisições, decorrentes da reorganização societária realizada em função da associação dos conglomerados Itaú e Unibanco. São classificados em ativos de vida útil indefinida avaliados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. No período, não houve indício de perda, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados.

#### **V - Imposto de Renda e Contribuição Social**

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

#### **VI - Capitalização**

O título de capitalização tem por finalidade a acumulação de recursos, com um incentivo de ter a possibilidade do recebimento de uma premiação via sorteios periódicos durante um período estabelecido como vigência, de acordo com as especificações tratadas nas condições gerais do plano de capitalização.

A Nota 4 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como capitalização.

#### **VII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes**

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial, na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

### VIII - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da CIACAP pelo número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

### IX - Receitas

As receitas de capitalização são compostas, basicamente, por arrecadação com vendas de títulos, prescrição e penalidades sobre resgates antecipados. Para Produto de Pagamento Único (PU) são reconhecidas a partir da data de emissão e para Produto de Pagamento Mensal (PM) a emissão do título para a 1ª parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor para as demais parcelas.

### Nota 3 - Aplicações

#### a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os ativos financeiros mantidos para negociação contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2021	31/12/2020
<b>Fundos de Investimentos</b>		<b>2.391.685</b>	<b>2.624.521</b>
Letras Financeiras		755.260	527.661
Letras do Tesouro Nacional		212.141	505.622
Letras Financeiras do Tesouro		432.146	621.938
Notas do Tesouro Nacional		138.088	-
Debêntures		109.405	98.864
Ações		82.662	82.186
Certificados de Depósito Bancário		16.710	116.481
Derivativos		1.504	3.749
Compromissadas		491.467	507.613
Depósitos a Prazo com Garantia Especial		97.347	84.324
Fundos de Investimentos		57.815	76.245
Contas a Receber / (Pagar)		(2.860)	(162)
<b>Títulos de Dívida de Empresas</b>		<b>971.571</b>	<b>977.280</b>
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI + 3,25%	15.951	20.184
Letras Financeiras	Δ CDI	9.684	10.339
Debêntures	CDI + 1,26% / IPCA + 7,25%	877.529	816.319
Notas de Crédito	CDI + 2,06%	68.407	130.438
<b>Total</b>		<b>3.363.256</b>	<b>3.601.801</b>

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, por vencimento, são os seguintes:

	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Sem vencimento	137.618	158.269
Até um ano	1.247.803	1.718.416
De um a cinco anos	1.906.884	1.608.866
De cinco a dez anos	70.951	116.250
<b>Total</b>	<b>3.363.256</b>	<b>3.601.801</b>
Circulante	3.363.256	3.601.801

## b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2021			31/12/2020		
		Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no PL)	Valor Justo
<b>Títulos Públicos do Governo Brasileiro</b>		<b>476.124</b>	<b>(10.388)</b>	<b>465.736</b>	<b>293.938</b>	<b>5.640</b>	<b>299.578</b>
Letras do Tesouro Nacional	6,01%	302.452	(13.225)	<b>289.227</b>	293.938	5.640	<b>299.578</b>
Notas do Tesouro Nacional	10,00%	173.672	2.837	<b>176.509</b>	-	-	-
<b>Total</b>		<b>476.124</b>	<b>(10.388)</b>	<b>465.736</b>	<b>293.938</b>	<b>5.640</b>	<b>299.578</b>

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2021	31/12/2020
De um a cinco anos	289.227	299.578
De cinco a dez anos	176.509	-
<b>Total</b>	<b>465.736</b>	<b>299.578</b>
Não Circulante	465.736	299.578

## c) Movimentação das aplicações

	30/06/2021			31/12/2020
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Total	Total
<b>Saldo Inicial - 01/01</b>	<b>3.601.801</b>	<b>299.578</b>	<b>3.901.379</b>	<b>3.983.977</b>
Aplicações	921.094	169.905	1.090.999	3.210.883
Resgate de Principal	(1.237.341)	-	(1.237.341)	(3.386.915)
Resultado Financeiro	77.702	12.281	89.983	87.794
Ajustes ao Valor Justo (no PL)	-	(16.028)	(16.028)	5.640
<b>Saldo Final</b>	<b>3.363.256</b>	<b>465.736</b>	<b>3.828.992</b>	<b>3.901.379</b>

## d) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	30/06/2021				31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>Mantidos para Negociação</b>	<b>768.960</b>	<b>2.578.345</b>	<b>15.951</b>	<b>3.363.256</b>	<b>632.330</b>	<b>2.949.287</b>	<b>20.184</b>	<b>3.601.801</b>
Fundos de Investimentos	-	2.391.685	-	2.391.685	-	2.624.521	-	2.624.521
Debêntures	768.960	108.569	-	877.529	632.330	183.989	-	816.319
Letras Financeiras	-	9.684	-	9.684	-	10.339	-	10.339
Notas de Crédito	-	68.407	-	68.407	-	130.438	-	130.438
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	15.951	15.951	-	-	20.184	20.184
<b>Disponíveis para Venda</b>	<b>465.736</b>	-	-	<b>465.736</b>	<b>299.578</b>	-	-	<b>299.578</b>
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	465.736	-	-	465.736	299.578	-	-	299.578

## e) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

	30/06/2021	%	31/12/2020	%
Setor Público	1.501.990	39,2%	1.599.150	41,0%
Financeiros	1.334.653	34,9%	1.167.264	29,9%
Serviços	608.622	15,9%	656.193	16,8%
Indústria e Comércio	313.879	8,2%	388.799	10,0%
Outros Setores	69.848	1,8%	89.973	2,3%
<b>Total</b>	<b>3.828.992</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.901.379</b>	<b>100,0%</b>

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2021			31/12/2020		
	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Total
Baixo	3.363.256	465.736	3.828.992	3.596.935	299.578	3.896.513
Médio	-	-	-	4.866	-	4.866
<b>Total</b>	<b>3.363.256</b>	<b>465.736</b>	<b>3.828.992</b>	<b>3.601.801</b>	<b>299.578</b>	<b>3.901.379</b>
<b>%</b>	<b>87,84%</b>	<b>12,16%</b>	<b>100,00%</b>	<b>92,32%</b>	<b>7,68%</b>	<b>100,00%</b>

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

## Nota 4 - Capitalização

Os produtos comercializados pela CIACAP atendem aos clientes pessoa física e pessoa jurídica, estão estruturados nas modalidades tradicional e incentivo. Relativamente a forma de custeio, os títulos de capitalização podem ser adquiridos por meio de pagamentos único e mensais, conforme estabelecido nas condições gerais e nota técnica atuarial dos produtos.

Os títulos de capitalização estão estruturados com prazo de vigência superiores a 12 meses, tendo como data de início de vigência o pagamento único ou o primeiro pagamento, ou a data de aquisição, o que ocorrer primeiro.

Os títulos de capitalização que preveem sorteios estão estruturados em séries e numerados sequencialmente. A cada título são atribuídas aleatoriamente, combinações distintas entre si e das demais, numeradas sequencialmente.

**a) Provisões Técnicas de Capitalização**

- **Provisão Matemática para Capitalização (PMC)** - constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização;
- **Provisão para Resgate (PR)** - constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- **Provisão para Sorteios a Realizar (PSR)** – constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados;
- **Provisão para Sorteios a Pagar (PSP)** - constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação;
- **Provisão Complementar de Sorteios (PCS)** - constituída para complementar a Provisão de Sorteios a Realizar. Utilizada para cobrir eventuais insuficiências relacionadas ao valor esperado dos sorteios a realizar;
- **Provisão para Despesas Administrativas (PDA)** - constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

**b) Provisões Técnicas - Movimentação**

	<b>Provisões para Resgates (PMC) e (PR)</b>	<b>Provisões para Sorteios (PSR) e (PSP)</b>	<b>Outras Provisões Técnicas</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Saldo Inicial - 01/01</b>	<b>3.493.026</b>	<b>11.066</b>	<b>1.160</b>	<b>3.505.252</b>	<b>3.489.008</b>
(+) Adições decorrentes de emissão de títulos	1.042.289	24.908	(437)	1.066.760	2.170.686
(+) Atualização financeira das provisões	90.941	5	-	90.946	185.295
(-) Resgates	(1.271.093)	(23.788)	-	(1.294.881)	(2.339.737)
<b>Saldo Final</b>	<b>3.355.163</b>	<b>12.191</b>	<b>723</b>	<b>3.368.077</b>	<b>3.505.252</b>

**c) Ativos Oferecidos em Cobertura como Garantias das Provisões Técnicas**

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Provisões Técnicas</b>	<b>3.368.077</b>	<b>3.505.252</b>
Fundos de Investimentos - Renda Fixa	1.687.859	1.986.049
Fundos de Investimentos - Multimercado	346.983	335.885
Títulos de Empresas	1.003.087	1.021.145
Títulos Públicos	465.736	299.578
<b>Garantias das Provisões Técnicas</b>	<b>3.503.665</b>	<b>3.642.657</b>
<b>Cobertura Excedente</b>	<b>135.588</b>	<b>137.405</b>

#### d) Capital para a Atividade de Capitalização

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes.

#### Patrimônio Líquido Ajustado, Capital Mínimo Requerido e Índice de Liquidez

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	844.864	886.416
Despesas Antecipadas	(314)	(107)
Ativos Intangíveis	(814.531)	(814.531)
Tributo diferido sobre ágio derivado da expectativa de rent. futura	325.813	325.813
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	3.957	193
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. Capitalização	36.441	18.950
<b>Patrimônio Líquido Ajustado</b>	<b>396.230</b>	<b>416.734</b>
<b>Capital Base</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Capital Adicional de Risco de Subscrição	19.188	20.495
Capital Adicional de Risco de Crédito	129.647	124.636
Capital Adicional de Risco Operacional	6.657	6.771
Capital Adicional de Risco de Mercado	82.569	70.898
Benefício da Correlação entre Risco	(50.775)	(46.678)
<b>Capital de Risco</b>	<b>187.286</b>	<b>176.122</b>
<b>Capital Mínimo Requerido<sup>(1)</sup></b>	<b>187.286</b>	<b>176.122</b>
<b>Suficiência de Capital<sup>(2)</sup></b>	<b>208.944</b>	<b>240.612</b>

1) O Capital Mínimo Requerido é o maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

2) A Suficiência de Capital corresponde ao resultado obtido do cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado, menos o Capital Mínimo Requerido.

A Nota 4c de cobertura de provisões técnicas apresenta R\$ 135.588 (R\$ 137.405 em 31/12/2020) de cobertura excedente, e a liquidez em relação ao Capital de Risco é de R\$ 36.666 (R\$ 35.186 em 31/12/2020).

#### e) Taxa de Carregamento dos Principais Produtos Comercialização

De acordo com as notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP, seguem os principais produtos de comercialização.

Produto	SUSEP	Tipo <sup>(1)</sup>	Cota de Carregamento	
			30/06/2021	31/12/2020
PIC Itaú Uniclass	15414.603701/2020-62	PM	de 4,11% a 88,16%	de 4,11% a 88,16%
PIC Itaú Agência	15414.603691/2020-65	PM	de 4,42% a 88,40%	de 4,42% a 88,40%

1) PM - Pagamento Mensal.

#### Nota 5 - Ativos e Passivos Contingentes, Provisões e Obrigações Legais

A CIACAP, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

### a) Ativos Contingentes:

Não existem ativos contingentes contabilizados.

### b) Provisões e Contingências

Os critérios de quantificação das provisões e as contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a semelhança com processos anteriores, bem como a jurisprudência dominante. A Constituição de provisão ocorre sempre que a perda for classificada como provável.

As obrigações legais decorrem de ações judiciais ingressadas para discutir a legalidade e inconstitucionalidade da legislação em vigor, sendo objeto de provisão contábil.

#### I - Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, no montante de R\$ 261 (R\$ 262 em 31/12/2020) com depósito em garantia de recursos de R\$ 122 (R\$ 122 em 31/12/2020).

#### II - Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros sem provisionamento no período com depósito em garantia de recursos de R\$ 951 (R\$ 922 em 31/12/2020).

#### III - Ações Fiscais e Previdenciárias

As provisões tributárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e encargos, quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	30/06/2021			31/12/2020
	Obrigação Legal	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
<b>Saldo Inicial - 01/01</b>	<b>33.854</b>	-	<b>33.854</b>	<b>40.792</b>
Atualização/Encargos	93	-	93	242
Pagamento	-	-	-	(7.180)
<b>Saldo Final</b>	<b>33.947</b>	-	<b>33.947</b>	<b>33.854</b>
<b>Saldo Final em 31/12/2020</b>	<b>33.854</b>	-	<b>33.854</b>	
<b>Depósitos em Garantia de Recursos 30/06/2021</b>	<b>722</b>	-	<b>722</b>	
<b>Depósitos em Garantia de Recursos 31/12/2020</b>	<b>719</b>	-	<b>719</b>	

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e Previdenciárias são descritas a seguir:

- PIS – R\$ 33.780 – Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteia-se o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97 dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70.

### c) Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

## Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 69.287 (R\$ 69.031 em 31/12/2020), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 59.393: em sendo tributável a receita do usufruto oneroso de ações, deve ser aplicado o regime de competência em detrimento do regime de caixa aplicado pela legislação.

### d) Garantias de Contingências, Provisões e Obrigações Legais

As garantias relativas as discussões judiciais que envolvem a CIACAP são compostas, basicamente por recursos que estão vinculados ou depositados, no montante de R\$ 19.049 (R\$ 19.971 em 31/12/2020).

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da CIACAP são de longo prazo e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A CIACAP, com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvida em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, que possam afetar de forma relevante os resultados de suas operações.

## Nota 6 - Detalhamento de Contas

### a) Outras Receitas Operacionais

Estão representadas por receitas relativas a resgates antecipados de títulos de capitalização.

### b) Despesas Administrativas

Referem-se basicamente a Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 9a) R\$ (82.050) (R\$ (80.820) de 01/01 a 30/06/2020).

### c) Resultado Financeiro

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Receitas Financeiras</b>		<b>113.166</b>	<b>80.162</b>
Fundos de Investimento		75.211	42.739
Títulos de Renda Fixa		37.338	36.177
Outras Receitas		617	1.246
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>(114.045)</b>	<b>(186.990)</b>
Atualização de Operações de Capitalização	4b	(90.946)	(91.067)
Fundos de Investimento		(22.566)	(72.731)
Títulos de Renda Fixa		-	(19.384)
Encargos sobre Tributos		(515)	(3.791)
Outras Despesas		(18)	(17)
<b>Total</b>		<b>(879)</b>	<b>(106.828)</b>

## Nota 7 - Tributos

A CIACAP apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

### a) Despesas com Impostos e Contribuições

#### I - Demonstração do Cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>113.422</b>	<b>4.828</b>
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(45.369)	(1.931)
<b>Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:</b>		
Incentivos Fiscais	-	33
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	64	80
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(45.305)</b>	<b>(1.818)</b>

### b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2020	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2021
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>13.516</b>	<b>(15)</b>	<b>165</b>	<b>13.666</b>
Obrigações Legais	2.054	-	-	2.054
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	11.462	(15)	165	11.612
<b>Refletido no Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.155</b>	<b>4.155</b>
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda	-	-	4.155	4.155
<b>Total</b>	<b>13.516</b>	<b>(15)</b>	<b>4.320</b>	<b>17.821</b>

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 18.644 (R\$ 14.335 em 31/12/2020) e está basicamente representado por R\$ 824 (R\$ 819 em 31/12/2020) de Tributos a Compensar e R\$ 17.821 (R\$ 13.516 em 31/12/2020) referente a Tributos Diferidos.

**II - O saldo da Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação segregados em função das origens e desembolsos, estão representados por:**

	31/12/2020	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2021
<b>Refletido no Resultado</b>	<b>331.531</b>	-	-	<b>331.531</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ágio	325.813	-	-	325.813
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	5.718	-	-	5.718
<b>Refletido no Patrimônio Líquido</b>	<b>4.720</b>	<b>(2.256)</b>	<b>52</b>	<b>2.516</b>
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda	2.256	(2.256)	-	-
Reserva de Reavaliação	2.464	-	52	2.516
<b>Total</b>	<b>336.251</b>	<b>(2.256)</b>	<b>52</b>	<b>334.047</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(322.735)</b>	<b>2.241</b>	<b>4.268</b>	<b>(316.226)</b>

**c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos**

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2021	25	1,0%
2022	25	-
2023	12.690	71,0%
2024	4.163	23,0%
2025	13	-
2026 a 2028	905	5,0%
<b>Total</b>	<b>17.821</b>	<b>100,0%</b>
Valor Presente <sup>(1)</sup>	16.594	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de capitalização, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, não existiam ativos fiscais diferidos não contabilizados.

## Nota 8 - Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Está representado por 670.963 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 603.359 ordinárias e 67.604 preferenciais, estas sem direito a voto, mas com prioridade no reembolso do capital sem prêmio.

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Os acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios provisionados ao final do ano, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

	30/06/2021			30/06/2020		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Provisionados <sup>(1)</sup>	100.000	-	100.000	-	-	-
Dividendos extraordinários	100.000	-	100.000	-	-	-

1) Registrados na rubrica Obrigações a Pagar.

## Nota 9 - Partes Relacionadas

### a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionistas direto: Itauseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.;
- Controladas - as participações diretas da CIACAP, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.;
- Fundos de investimentos - fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	Nota	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
<b>Aplicações Financeiras</b>		<b>2.350.471</b>	<b>2.559.806</b>	<b>46.876</b>	<b>(31.738)</b>
Fundos de Investimentos		2.350.471	2.559.806	46.876	(31.738)
<b>Provisões Técnicas – Capitalização</b>		<b>(42.728)</b>	<b>(39.851)</b>	-	-
Controladas		(42.728)	(39.851)	-	-
<b>Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais</b>		<b>13</b>	-	<b>13.018</b>	<b>16.812</b>
Controladas		-	-	13.018	16.812
Fundos de Investimentos		13	-	-	-
<b>Aluguéis</b>		-	-	<b>9.202</b>	<b>8.965</b>
Controladas		-	-	9.202	8.965
<b>Convênio de Rateio de Custo Comuns</b>	<b>6b</b>	-	-	<b>(82.050)</b>	<b>(80.820)</b>
Controladas		-	-	(82.050)	(80.820)

### b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos aos Administradores da CIACAP são pagos pelo Conglomerado Itaú Unibanco.

## **Nota 10 - Gerenciamento de Risco**

### **a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades**

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a CIACAP possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

### **b) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez**

#### **I - Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A CIACAP classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna;
- Fraude externa;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A CIACAP possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

## II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 3.464 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING; e
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (VaR): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos);

- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador; e
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MtM – Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 – Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor Contábil	DV01	Valor Contábil	DV01
<b>Títulos Públicos</b>				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	138.088	(24)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	176.509	(97)	-	-
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	501.368	(109)	805.200	(158)
<b>Títulos Privados</b>				
Indexado a IPCA	20.345	(7)	23.454	(9)
Indexado a PRÉ	76.132	(5)	173.020	(8)
<b>Ações</b>	<b>84.166</b>	<b>842</b>	<b>82.352</b>	<b>824</b>
<b>Ativos Pós-Fixados</b>	<b>2.340.917</b>	<b>-</b>	<b>2.309.740</b>	<b>-</b>
<b>Compromissadas Over</b>	<b>491.467</b>	<b>-</b>	<b>507.613</b>	<b>-</b>
<b>Total <sup>(1)</sup></b>	<b>3.828.992</b>		<b>3.901.379</b>	

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

### c) Risco de Liquidez

A CIACAP identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de capitalização é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

### d) Risco de Crédito

A CIACAP entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

### Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito para Aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos "Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos" que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, pode ser visualizado no site [www.itau.com.br/relacoes-com-investidores](http://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores), na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

## **Nota 11 - Informações Suplementares**

### **a) Comitê de Auditoria Único**

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, a CIACAP aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

### **b) Combate aos efeitos da COVID-19 “Coronavírus”**

A CIACAP monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

A CIACAP identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras:

- impactos temporários na precificação de seus instrumentos financeiros, decorrentes de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, influenciando na mensuração dos itens avaliados ao valor justo nos seus diversos níveis;
- impactos no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa na CIACAP.

### **c) Lei 14.183/21**

Devido à imaterialidade dos efeitos ocasionados, os saldos dos ativos fiscais diferidos, que serão realizados de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, não contemplam os efeitos ocasionados pela lei na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que foi majorada de 15% para 20% para as empresas de capitalização.

---

# ***Cia Itaú de Capitalização***

***Demonstrações financeiras em***

***30 de junho de 2021***

***e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Administradores e Acionistas  
Cia Itaú de Capitalização

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Cia Itaú de Capitalização (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia Itaú de Capitalização em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

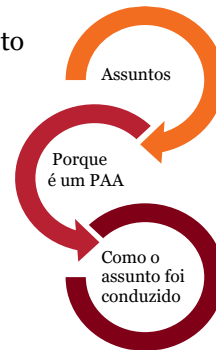
### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Redução ao valor recuperável dos valores registrados na conta de Ativo intangível (Notas 2.c.III e 2.d.IV)

O saldo de ativo intangível é submetido, semestralmente, a teste de perda por redução ao valor recuperável. Esse teste envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa. A determinação dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juros ajustada ao risco para cada unidade geradora de caixa ou grupo de unidades geradoras de caixa requer o exercício de julgamento e o uso de estimativas por parte da administração.

Consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria por: (i) envolver a projeção de resultados futuros, em que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras; (ii) pela representatividade do saldo dessa conta.

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e efetividade dos principais controles estabelecidos, incluindo a análise das premissas e julgamentos críticos utilizados pela administração.

Testamos as projeções e as premissas mais representativas utilizadas pela administração para realização do teste do valor recuperável do intangível, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas de realização.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização dos ativos intangíveis são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas.

#### Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 2.c.V, 2.d.VI e 4)

A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registradas na

Confirmamos nosso entendimento e testamos o desenho e a efetividade dos principais controles



## Cia Itaú de Capitalização

rubrica “Provisões Técnicas - Capitalização” nas demonstrações financeiras.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída enquanto não ocorre o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização e a Provisão para Resgate (PR) é constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação.

Considerando a relevância dos valores para a PMC e PR, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

para mensuração dessas provisões técnicas.

Para a PMC e PR: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação referente à atualização das provisões, por meio de técnicas de auditoria por computador.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes com a divulgação em notas explicativas.

---

### Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Companhia.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e conseqüente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de tecnologia da informação.

Desde o semestre findo em 30 de junho de 2020, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias vem realizando suas atividades de forma remota (*home office*) o que gerou a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma,

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras. Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade dos principais controles relevantes e, quando necessário, testes dos controles compensatórios, bem como a execução de testes relacionados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia frente a nova realidade de operação dos negócios.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.



Cia Itaú de Capitalização

consideramos essa uma área foco de nossos trabalhos de auditoria.

---

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

## Cia Itaú de Capitalização

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações



Cia Itaú de Capitalização

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury  
Contador CRC 1SP192785/O-4